



Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

POLÍTICA OPERÁRIA

BRUNO COVAS/PSDB FECHA POSTOS DE TRABALHO NA PREFEITURA NÃO À EXTINÇÃO DOS MÓDULOS DE ATEs NAS DREs E SME! PELA REVOGAÇÃO DA PORTARIA 5.460!

Desde que foi decretado estado de emergência na prefeitura, o governo tem se aproveitado para impor diversos ataques aos empregos, salários e direitos dos servidores e demais trabalhadores. Houve demissões e cortes de salário dos trabalhadores terceirizados, redução de salário dos professores, com o corte do adicional noturno e do pagamento de projetos, proibiu a nomeação/designação de servidores em substituição, dentre outras medidas.

Agora, o ataque foi direcionado aos ATEs (auxiliares técnicos de educação), com extinção por decreto de aproximadamente 520 cargos, de servidores lotados nas DREs e SME. A justificativa apresentada pelo governo - de otimização dos recursos humanos disponíveis, para assegurar o provimento das vagas existentes nas unidades - é uma farsa, pois existe um concurso público homologado, que foi aberto justamente para suprir o provimento dessas vagas.

Na verdade, a política de Bruno Covas/PSDB é de corte de gastos e precarização do serviço público. Esta medida trará uma série de prejuízos aos trabalhadores diretamente atingidos, assim como ao serviço público, pois além de significar uma redução do número de ATEs na rede, portanto, um fechamento de postos de trabalho, haverá implicações diretas quanto ao trabalho administrativo hoje realizado por estes servidores.

A princípio, esta demanda de trabalho administrativo poderá simplesmente ser transferida para as unidades escolares, sobrecarregando ainda mais as escolas de trabalho burocrático, sem que haja ampliação do módulo de ATEs nas escolas. No entanto, sem dúvida, o objetivo principal do governo é o de abrir mais uma porta para a terceirização na rede, pois os ATEs nestes órgãos regionais e centrais logo poderão ser substituídos pelo trabalho terceirizado. E, confirmando-se este quadro, o que impedirá o governo de, posteriormente, estender a terceirização para as unidades escolares, levando o cargo de ATE a vacância, como ocorre com o cargo de agente escolar?

Trata-se de uma tendência geral, inserida nos marcos da flexibilização capitalista do trabalho, como se pode verificar, entre outros exemplos, pelo teor da proposta de contrarreforma administrativa, em pauta no âmbito federal.

Portanto, é necessário rechaçar esta medida e os demais ataques impostos aos trabalhadores, com a mobilização coletiva da classe. É preciso exigir que o SINPEEM e demais entidades sindicais convoquem as assembleias de base, para retomar a luta nas ruas, com os métodos próprios dos trabalhadores. Nenhuma confiança nas disputas parlamentares, em torno da apresentação de projetos de lei na Câmara de Vereadores, e nem tampouco nas disputas eleitorais que se aproximam!